

A PARTICIPAÇÃO DOS MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS E CONVOCADOS NOS TRABALHOS DA JUSTIÇA ELEITORAL: UMA ANÁLISE POR MEIO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Aigline de Menezes Paes Vervloet¹
Márcia Prezotti Palassi²

Resumo

Este artigo promove uma reflexão, partindo dos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria das Representações Sociais, em torno de aspectos de natureza subjetiva e simbólica envolvidos na participação dos mesários; buscando contribuir para a compreensão de comportamentos revelados durante a realização dos trabalhos eleitorais, bem como subsidiar o aprimoramento das práticas de gestão da Justiça Eleitoral. Os dados coletados foram analisados com auxílio do programa de computador EVOC 2000. Os resultados indicam o predomínio de sentidos positivos relacionados à representação dessa participação nos dois grupos, que a reconhecem como geradora de benefícios e evidenciam sua importância, contudo, sugere estudos complementares.

Palavras-chave: participação do mesário; gestão das eleições; representações sociais.

Abstract

This article promotes a reflection, building on the theoretical and methodological assumptions of the Theory of Social Representations, about aspects of nature subjective and symbolic for the participation of mesários; seeking to contribute to the understanding of behavior revealed during the electoral work and subsidize the improvement of management practices of the Electoral Justice. Data collected were analyzed with the help of the computer program EVOC 2000. The results indicate the predominance of

¹ Graduação em Administração de Empresas e Especialização em Liderança e Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário de Vila Velha. Mestranda em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Chefe de Cartório Eleitoral – Vila Velha/ES. Endereço: Rua Antônio Ataíde, n.º 218 – Prainha – Vila Velha/ES. CEP: 29100-240. E-mail: aigline@terra.com.br. Telefone: (27) 3340-0151.

² Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha. Especialização em Administração de Recursos Humanos pela Faculdade Espírito Santense de Administração. Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGADM/UFES e coordenadora do Observatório de Políticas e Práticas Participativas vinculado ao PPGADM/UFES. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCSO/UFES e pesquisadora do Laboratório de Estudos Políticos - LEP/UFES. Endereço: Av. Fernando Ferrari, n.º 514 – Goiabeiras – Vitória/ES. CEP: 29075-010. E-mail: mprezotti@hotmail.com. Telefone: (27) 3335-7708

meanings related to the representation of the positive performance in both groups, to recognize that as a generator of profits and show its importance, however, suggests further studies.

Keywords: participation of mesário; management of elections; social representations.

Introdução

No Brasil, a tradição da prática eleitoral é longa, quase tão antiga quanto o próprio país. Contudo, o eleitorado nem sempre foi numeroso, nem a competitividade e confiabilidade do processo eleitoral garantidas, muito pelo contrário, diversos tipos de restrição ao voto, de violência, fraude, manipulação e interferência do poder privado no domínio público fizeram parte de sua história (SADEK, 1995; SPECK, 2003).

A insuficiência do poder público, o isolamento e a pobreza levavam os trabalhadores rurais a uma relação de grande dependência socioeconômica em relação aos proprietários de terras, constituindo um ambiente no qual faltava instrução, segurança, livre arbítrio e, principalmente, qualquer noção do que fosse um governo representativo e do que significava o ato de escolher alguém como seu representante político (LEAL, 1997).

“Mais de 85% eram analfabetos [...], mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos dos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. [...] A luta política era intensa e violenta. O que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão, mas o domínio político local. [...] A derrota significava desprestígio e perda do controle de cargos públicos [...]. Tratava-se, então, de mobilizar o maior número possível de dependentes para vencer as eleições” (CARVALHO, 2006, p.32-33).

Nestas circunstâncias, não se tratava do direito de participar da vida política do país, o voto era um ato de obediência, de lealdade ou gratidão. Com o tempo, os votantes perceberam a importância que o voto tinha para os chefes políticos e começaram a ver as eleições como uma oportunidade de ganhar dinheiro, o voto passou a ser considerado também como uma mercadoria, a ser vendida pelo melhor preço (CARVALHO, 2006). Como alerta o estudo de Speck (2003), o problema da compra de votos ainda faz parte de

nossa realidade, entretanto, mesmo reconhecendo sua importância, visto que seus reflexos incidem diretamente sobre a questão da legitimidade do nosso sistema representativo, não iremos nos aprofundar nesse tema por agora.

Nos dias de hoje, “[...] As eleições são consideradas como os principais meios para enaltecer o poder dos cidadãos via controle popular. As eleições são o elemento essencial da democracia representativa, e, por meio delas, os cidadãos expressam suas opiniões políticas” (BAQUERO, 2007, p. 11).

Assim, gradativamente o processo eleitoral foi sendo aprimorado, a instituição do voto secreto representou um grande avanço e a criação da Justiça Eleitoral, em 1932, pode ser considerada como divisor de águas entre a administração de eleições viciadas pela ingerência política e uma instância independente para organizar e fiscalizar o processo; com a introdução do voto eletrônico eliminou-se a questão ainda pendente de fraudes na apuração e totalização dos votos (LEAL, 1997; SADEK, 1995; SPECK, 2003).

Os diversos trabalhos que envolvem a realização de uma eleição se aperfeiçoaram bastante nos últimos anos. Com a implementação das urnas eletrônicas, a partir de 1996, o processo de votação brasileiro se tornou ícone de modernidade e confiabilidade. A busca pela celeridade no atendimento às demandas do público e a melhoria da qualidade dos processos técnicos é constante no âmbito dos Tribunais e Cartórios Eleitorais.

Contudo, após meses de planejamento e intenso trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral, quem efetivamente a representa perante a sociedade, mais especificamente perante os eleitores, são os mesários nomeados pelos Juízes Eleitorais para atuarem no dia da eleição. O trabalho exercido pelos mesários nas seções de votação não é remunerado e tem duração aproximada de 10 h, mas é de suma importância para que o processo eleitoral alcance seus objetivos, pois é por meio dele que os cidadãos concretizam o direito à liberdade de escolha de seus representantes, através do exercício do voto. A Constituição Federal (1988) dispõe, em seu art.14 (BRASIL, 2006, p. 168):

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

[...]

§ 1º. O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
 - II - facultativos para:
 - a) analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- [...]

Segundo pesquisa de Elkins (2000), as evidências sustentam a hipótese de que votar tem efeitos positivos sobre a eficácia, interesse e sofisticação política, sendo profundas as implicações para a manutenção do voto obrigatório, visto que “[...] fazer votar pode bem significar, com efeito, encorajar indivíduos marginalizados a propor idéias, definir políticos responsivos, e buscar fazer diferença na forma como o governo funciona [...]” (ELKINS, 2000, p. 22).

A fim de possibilitar a realização das eleições, a legislação eleitoral prevê que cada Juiz Eleitoral deve: convocar, nomear e treinar, um quantitativo suficiente de eleitores para atuarem perante as mesas receptoras de votos no dia do pleito. Conforme dispõe o Código Eleitoral (1965, BRASIL, 2006, p. 77-79):

Art. 120. Constituem a Mesa Receptora um Presidente, um Primeiro e um Segundo Mesários, dois Secretários e um suplente, nomeados pelo Juiz Eleitoral sessenta dias antes da eleição, em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência.

[...]

Art. 124. O membro da Mesa Receptora que não comparecer no local, em dia e hora determinados para a realização de eleição, sem justa causa apresentada ao Juiz Eleitoral, até 30 (trinta) dias após, incorrerá na multa de 50% (cinquenta por cento) a 1 (um) salário mínimo vigente na Zona Eleitoral, cobrada mediante selo federal inutilizado no requerimento em que for solicitado o arbitramento ou através do executivo fiscal.

[...]

Tal convocação, na forma como é prevista em Lei, independente da vontade dos indivíduos selecionados, recai sobre os denominados “mesários convocados”, e assim vem sendo aplicada em grande parte das Zonas Eleitorais. Entretanto, com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados à população, o Cartório Eleitoral da 55ª Zona do Espírito Santo, localizado no município de Vila Velha, deu início, em 1997, a uma campanha de incentivo à participação voluntária dos cidadãos no processo de votação; os que se disponibilizam a colaborar são denominados “mesários voluntários”.

A partir do ano de 2004 a idéia foi reforçada pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, que, através dos meios de comunicação em massa, buscaram esclarecer a população acerca da importância e das “vantagens” de ser um mesário, quais sejam: direito ao gozo de folga pelo dobro dos dias à serviço da justiça eleitoral; auxílio alimentação; obtenção de declaração de participação no processo de votação, que poderá vir a ser aceita como pontuação ou critério de desempate, em concursos públicos. Assim sendo, dentre os diversos cartórios eleitorais, elegeu-se a 55ª Zona Eleitoral do Estado Espírito Santo para a realização desta pesquisa, considerando a iniciativa no desenvolvimento do novo formato de seleção de mesários e, ainda, sua expressiva abrangência - sendo responsável pela administração do cadastro e pelo voto de 136.338 eleitores, residentes em 43 bairros sob sua jurisdição.

A proporção de mesários voluntários vem se tornando mais significativa a cada ano, chegando, em 2006, a 87,5% do total dos nomeados para atuarem nas seções de votação da Zona Eleitoral pesquisada. Contudo, algo inesperado se revelou: faltas e abandono injustificado do serviço, problemas resultantes de comportamentos inadequados, demonstrações de descaso e falta de comprometimento para com os objetivos e valores inerentes às funções do mesário, continuaram a ocorrer; fato que resulta, em muitos dos casos, no cerceamento do direito ao voto, gerando, ainda, transtornos e prejuízos aos eleitores, em razão da vinculação da regularidade do cadastro eleitoral à obtenção de outros documentos e direitos, tais como passaporte e CPF, percepção de pensão e aposentadoria, matrícula em cursos e universidades, abertura de conta em bancos, entre outros.

Na referida Zona, durante a realização dos dois turnos das eleições do ano de 2006, ocorridos em 01/10/2006 e 29/10/2006, 85 eleitores votaram em lugar de outros e, em razão disso, 51 eleitores que compareceram às suas respectivas seções ficaram impedidos de votar. Tal situação ocorre quando o mesário digita um número de inscrição diverso do título apresentado pelo eleitor e realiza o procedimento de inicialização da votação em nome de outro cidadão. Isto é, autoriza o eleitor presente a votar como se fosse outro, o eleitor vota e se retira da seção sem imaginar o ocorrido. Como resultado este eleitor será considerado faltoso e constará débito em seu cadastro, pois o número de seu título não foi

registrado na urna eletrônica. Ainda, o eleitor inscrito sob o número habilitado por equívoco, ao comparecer na seção não poderá votar, pois aparecerá uma mensagem na urna eletrônica informando que “ele” já votou, ou seja, perdeu seu direito ao voto.

Foram, ainda, registradas 193 reclamações acerca da participação de mesários, tais como: mesários que, ao receberem o auxílio alimentação, saem para almoçar e não mais retornam; mesários que se recusam a cooperar com os trabalhos; que se ausentam com frequência da seção; que “destratam” os eleitores; que não aceitam que os idosos e deficientes físicos tenham preferência para votar; que assistem TV dentro da seção; que trabalham alcoolizados; que promovem boca de urna; dentre outras. Estes mesários, quando formalmente identificados, são advertidos e afastados da função, podendo ainda, caso tenham incorrido em crime, responderem a processos; o que acarreta a realização de numerosos procedimentos no período pós-eleitoral, desde averiguação dos fatos denunciados, registro e instrução de processos, à realização de audiências e interrogatórios, envolvendo, além da Justiça e do Ministério Público Eleitoral, testemunhas e Polícia Federal.

Também é comum, quando do recebimento das justificativas referentes aos eleitores que estão fora do domicílio eleitoral, que o mesário não proceda de forma adequada, deixando de registrar a justificativa na urna eletrônica; o eleitor deixa o local imaginando ter justificado sua ausência, mas como seu título não foi armazenado na memória da urna eletrônica, figurará como faltoso no cadastro nacional dos eleitores, gerando débito em seu nome. Durante as reuniões de instrução, os mesários são insistentemente alertados a respeito dos erros e problemas mais frequentes, bem como dos sérios prejuízos que causam aos eleitores. Os treinamentos são teóricos e práticos, sendo disponibilizado um manual de procedimentos e números de telefones, inclusive um 0800, para esclarecimento de dúvidas.

Diante desse contexto surgem as seguintes indagações, as quais motivaram a realização da presente pesquisa: a) os mesários voluntários imputam maior importância à democracia e ao processo eleitoral do que os mesários convocados, por isso se voluntariam?; b) os mesários convocados, por estarem prestando o serviço em decorrência de uma imposição legal, atribuiriam sentido negativo a essa participação,

sendo esta a principal razão dos erros e comportamentos inadequados que vêm ocorrendo nas seções de votação?

Na busca pela compreensão dos motivos que levam a uma participação comprometida, responsável e eficaz dos indivíduos que atuam como mesários, bem como aos comportamentos de sentido inverso, faz-se necessário construir um conhecimento acerca das concepções das pessoas envolvidas nas referidas atividades, que poderão ser identificadas por meio do estudo das representações sociais. Conforme destaca Abric (1998, p. 27), “A identificação da ‘visão de mundo’ que os indivíduos ou os grupos têm e utilizam para agir e para tomar posição, é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e classificar os determinantes das práticas sociais”. Ainda:

As idéias da representação social e suas estratégias de estudo têm se mostrado de maneira muito útil às investigações de comprometimento no trabalho, por ser o comprometimento um sistema que articula múltiplos vínculos e que se insere em uma rede de significados socialmente partilhados (BRITO; BASTOS, 2002, p. 04).

Assim sendo, os pressupostos teóricos e metodológicos do presente trabalho seguem a orientação da Teoria das Representações Sociais, originalmente proposta por Serge Moscovici (1961) e que, segundo Abric (2003), pode ser entendida enquanto um conjunto organizado e hierarquizado de julgamentos, atitudes e de informações que um grupo social elabora a propósito de um objeto.

Para desenvolver essa abordagem, nos próximos tópicos o artigo discute o tema representações sociais e o confronto com a temática da participação dos mesários nas eleições. Em seguida, apresenta a metodologia adotada na pesquisa e os resultados obtidos no estudo de caso realizado na 55ª Zona Eleitoral do Estado Espírito Santo. Por fim, são feitas as considerações finais do estudo.

As representações sociais

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (MINAYO, 1995, p. 89).

As representações sociais tiveram como precursor Serge Moscovici (1961), que, a partir das representações coletivas de Durkheim, publicou seu estudo “La Psychanalyse: Son image et son public”. Entretanto, a obra de Moscovici enfatizava a interação entre o individual e o social, ao invés de se voltar inteiramente para o lado social, como Durkheim (FARR, 1995).

A Teoria das Representações Sociais surge, dentre os paradigmas formulados nas últimas décadas, como uma nova forma de interpretar o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Essa abordagem, que inicialmente era empregada exclusivamente em estudos psicossociais, vem sendo utilizada em diversos outros ramos do saber. Moscovici (2003) afirma que elas são formadas por influências recíprocas e por negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores.

Pode-se considerar a representação social como uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto, mas ela não é só uma construção do sujeito, é também social, na medida em que há a participação social e cultural desse sujeito. Isso porque o homem é um ser social, que diariamente se inter-relaciona, troca idéias e opiniões com outros indivíduos, e, dessa interação, surgem conceitos, informações e julgamentos valorativos, advindos das mais variadas fontes e experiências pessoais e/ou grupais, que são criados e recriados nas relações sociais (SÁ, 1996).

[...] O sujeito está, de forma permanente, constituído por configurações subjetivas que não conscientiza. Ao mesmo tempo está produzindo de forma consciente um conjunto de projetos, reflexões e representações com capacidade de subjetivização, as quais são fontes de significados e sentidos cujas conseqüências em termos do desenvolvimento de sua subjetividade estão mais além de suas intenções e de sua consciência, mas que passam a ser agentes importantes do desenvolvimento e da transformação produzidos desde sua atividade consciente (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 49-50).

Vygotski e Leontiev concebem o ser humano como manifestação de uma totalidade histórico-social e vêem a linguagem como fundamental para o desenvolvimento da consciência, que se processa através da linguagem, do pensamento e das ações que o homem realiza ao se relacionar com outros homens (LANE, 1984). O discurso não é,

portanto, a expressão completa da consciência, mas a compõe. O homem apreende seu modo de ver o mundo por meio dos discursos que interioriza, e que muitas vezes reproduz em sua fala (FIORIN, 1998). Segundo Malrieu (apud LANE, 1984, p. 35): A representação social se constrói no processo de comunicação, no qual o sujeito põe à prova, através de suas ações, o valor – vantagens e desvantagens – do posicionamento dos que se comunicam com ele, objetivando e selecionando seus comportamentos e coordenando-os em função de uma procura por personalização.

Dessa forma, a representação social se estrutura tanto pelos objetivos da ação do sujeito como pelos dados que concordam ou que se opõem a tais objetivos. Sobre a Teoria das Representações Sociais, González Rey (2003), destaca sua importância na construção do conhecimento acerca da subjetividade, pois elas representam uma construção socialmente produzida nos espaços sociais que as constituíram, sendo, ao mesmo tempo, constitutivas dos sujeitos individuais que se expressam nesses espaços. Assim, as representações sociais geram zonas de sentido que sintetizam o individual e o social.

De acordo com esta concepção, Jodelet (1984) adverte que os sujeitos constituem-se nas - e a partir das - relações sociais que são estabelecidas com o outro e com a sociedade como um todo, apropriando-se de valores, crenças, costumes e representações que dão sentido à realidade. Assim, sujeito e sociedade são indissociáveis, pois são dois lados de uma mesma moeda e sua separação representaria uma falsa dicotomia.

Toda representação é, portanto, uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito. Isto permite definir a representação como uma visão funcional do mundo, que, por sua vez, permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências; permitindo assim ao indivíduo se adaptar e encontrar um lugar nesta realidade (ABRIC, 1998).

Sujeito e objeto não são forçosamente distintos, eles formam um conjunto indissociável, visto que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito (indivíduo ou grupo); é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto. Ao formar sua representação de um objeto, o sujeito, de certa forma, o constitui, o

reconstrói em seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido (MOSCOVICI, 2002, apud FRANCO, 2004, p. 17).

A partir disso, Abric (1998) propõe que não existe uma realidade objetiva “a priori”, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca.

A ruptura com a clássica dicotomia sujeito-objeto leva a concluir que o objeto pensado e falado é, portanto, fruto da atividade humana, ou seja, uma “réplica interiorizada da ação” (FRANCO, 2004). Destarte, de acordo com Leontiev (1978, apud FRANCO, 2004, p. 02): “As representações sociais são comportamentos em miniatura”, uma vez que, segundo o que um indivíduo diz, não apenas podemos inferir suas concepções de mundo, como também podemos deduzir sua orientação para a ação.

Abric (1998) esclarece que a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade, que rege as relações dos indivíduos com o seu meio, determinando seus comportamentos e suas práticas, orientando as ações e as relações sociais; é um sistema de pré-decodificação da realidade que determina um conjunto de antecipações e expectativas. “[...] Dessa forma, o indivíduo pode ser entendido como o meio de conhecer a realidade, por meio de suas representações sociais, que podem explicar justificar ou questionar a realidade social” (PEREIRA; CARRIERI; BRITO, 2007, p. 05).

Dentro dessa perspectiva, as representações sociais têm conseqüências objetivas, concretizadas nas práticas e comportamentos dos indivíduos. Portanto, entender a construção de uma representação social de determinado grupo significa se aproximar do modo de “ver o mundo” daqueles indivíduos e dos parâmetros por eles utilizados em sua relação com o objeto representado.

Metodologia

O presente trabalho tem como objetivo identificar os elementos que compõem as representações sociais dos eleitores que atuaram como mesários, voluntários ou

convocados, nas seções de votação da 55ª Zona/ES, têm sobre essa participação. Buscando-se, mais especificamente, por meio da análise e comparação das representações estruturadas pelos dois grupos, uma reflexão que possa contribuir para a compreensão dos comportamentos inadequados revelados durante a realização dos trabalhos frente às seções de votação do município de Vila Velha/ES, bem como para o aprimoramento das práticas de gestão da Justiça Eleitoral, envolvidas no processo de organização e realização das eleições.

Participaram deste estudo 113 sujeitos, de ambos os sexos, que, além de eleitores, atuaram como mesários em seções vinculadas à 55ª Zona Eleitoral, maior colégio eleitoral do Estado do Espírito Santo. Entre os participantes, 60 foram mesários voluntários e 53 foram convocados; ambos os conjuntos não se distinguem em relação à ocupação nem à escolaridade.

Tomando-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2005), quanto aos meios de investigação, consideramos a pesquisa como bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, porque para a fundamentação teórico-metodológica foi realizado um estudo sistematizado com base em materiais publicados sobre o tema. Documental, pois recorremos a documentos internos à Justiça Eleitoral, tais como relatórios e atas de eleição, pareceres, requerimentos administrativos e processos, a fim de proceder ao levantamento dos dados: número de eleitores que votaram em lugar de outros; número de eleitores que deixaram de votar e quantidade de reclamações registradas, os quais foram citados na parte introdutória do presente trabalho, bem como para a seleção dos sujeitos entrevistados. De campo porque coletou dados empíricos numa determinada zona eleitoral. Quanto aos fins, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Exploratória, por estar vinculada a um objeto sobre o qual não se verificou a existência de um conhecimento sistematizado. Descritiva, porque visa descrever as percepções, sentimentos e representações dos mesários acerca de sua função no contexto eleitoral.

Segundo Spink (1995), para o estudo das representações sociais podem ser utilizados questionários ou entrevistas, dependendo da proposta da pesquisa. Estudos que visem compreender as representações na perspectiva dos grupos, buscando encontrar tanto o que há de comum quanto a diversidade, têm utilizado formas de coleta de dados

mais estruturadas, em especial questionários com questões abertas. Sendo a estrutura da representação social fruto da somatória da análise das idéias obtidas por meio das várias perguntas.

Assim sendo, na pesquisa de campo, optamos pela aplicação de um questionário, constituído por duas questões, onde, na primeira, privilegiou-se a técnica de evocação livre, desenvolvida por Vergès (1992, apud ABRIC, 2003), através da qual foi solicitado a cada sujeito que manifestasse, espontaneamente, as cinco primeiras palavras ou expressões que lhe viessem à mente a partir do estímulo: “atuar como mesário”, esta primeira questão dirigiu-se a levantar os possíveis elementos centrais e periféricos das representações sociais dos dois grupos. Em seguida, foi proposta uma questão aberta, onde os sujeitos poderiam discorrer, livremente, sobre como se sentem a respeito ou como definem a participação do mesário, a qual serviu para elucidar ou ratificar o sentido e as possíveis relações entre os elementos revelados no primeiro momento.

Nossa análise seguiu, primeiramente, as premissas da abordagem estrutural de estudo das representações sociais, que tem como base a Teoria do Núcleo Central, desenvolvida a partir da tese de doutorado de Abric, em 1976. Essa teoria, complementar à teoria geral de Moscovici, se articula com base na hipótese de que toda representação se organiza em torno de e por um núcleo central, que determina a significação e as relações com os elementos constitutivos da representação. O núcleo central é assim denominado porque é composto por elementos cuja ausência desestruturaria a representação vigente ou criaria outra representação, pois representam sua essência. Portanto, diante de diferenças na composição de dois núcleos centrais, pode-se levantar a hipótese de existência de diferentes representações sobre o objeto estudado (SÁ, 1996, 1998; VERGARA; FERREIRA, 2004).

Seguindo esse raciocínio, Abric (1994, apud SÁ, 1996) assegura que o núcleo central desempenha duas funções essenciais: uma função geradora e uma função organizadora. Os elementos centrais da representação são determinados pela natureza do objeto representado e pela relação que o sujeito mantém com esse objeto. São elementos muito estáveis da representação, a partir dos quais podem ser criadas ou transformadas as significações de outros elementos constitutivos da mesma, e que também determinam a

natureza dos vínculos que unem entre si os elementos da representação (ABRIC, 1998, 2003).

Sá (1996) complementa que, por mais importante que seja o papel do núcleo central na definição do significado de uma representação social e na organização dos seus demais elementos, ele não esgota o conteúdo e as formas de funcionamento da representação na vida cotidiana, sendo uma representação social regida por um duplo sistema: o central e o periférico, com papéis específicos e complementares.

Os elementos periféricos, constituídos por um número maior de idéias acerca do objeto representado, fazem a interface entre o núcleo central e as situações e práticas concretas da população, incorporando as experiências e histórias individuais dos seus membros e se mostrando, assim, não apenas mais sensível à influência do contexto social imediato, mas também mais flexível na orientação dos comportamentos que nele se desenrolam (ABRIC, 1998, 2003). Apresentam as funções de regulação e adaptação, absorvendo as novas informações suscetíveis de desestruturar o núcleo central, protegendo e preservando a significação central da representação e permitindo a elaboração de “representações sociais individualizadas” (SÁ, 1996).

A análise combinada da frequência e da ordem de evocação das respostas cumpre a função de colocar em evidência as propriedades de saliência (frequência de aparição) e de conexidade dos diferentes elementos de uma representação, de modo a prover um levantamento inicial daqueles mais suscetíveis de fazer parte do núcleo central (SÁ, 1996). As respostas evocadas pelos termos indutores foram analisadas com o auxílio do programa de computador EVOC 2000 (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Èvocations), o qual permite a realização de uma análise das evocações em função de dois critérios: a frequência e a ordem de evocação, fornecendo dados para o reconhecimento da estrutura das representações sociais, com seus possíveis elementos centrais e periféricos.

Destacamos que, conforme proposto nos estudos de Pierre Vergès (1992), a ordem das evocações deveria ser interpretada como um indicador da importância do tema para os sujeitos, ou seja, as idéias mais importantes seriam as primeiras a serem enunciadas. Entretanto, segundo Abric (2003) este postulado não se mantém “psicologicamente”, pois,

em um discurso, as coisas essenciais, freqüentemente, só aparecem após uma frase mais ou menos longa de “esquentamento”, após o estabelecimento de uma relação de confiança ou da redução de mecanismos de defesa.

Partindo desse pressuposto, estamos considerando como ordem de evocação a ordem de importância atribuída pelos próprios sujeitos, aos termos por eles evocados. Aos quais foi solicitado, depois de concluídas as evocações, que procedessem à hierarquização dos termos de acordo com o grau de importância a eles conferidos, classificando como 1 a expressão mais importante dentre as evocadas, como 2 a segunda e assim por diante.

A Figura 1 representa o esquema utilizado para a distribuição dos resultados encontrados por meio das evocações dos sujeitos ao termo indutor, divididos em quatro quadrantes, organizados em dois eixos, sendo que o eixo vertical corresponde à freqüência de evocação das palavras e o eixo horizontal a ordem de evocação.

Figura 1: Representação esquemática da distribuição das evocações.

1.º quadrante Alta evocação + alta freqüência	2.º quadrante Baixa evocação + alta freqüência
3.º quadrante Alta evocação + baixa freqüência	4.º quadrante Baixa evocação + baixa freqüência

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Abric (1998, 2003).

Identificam-se como prováveis elementos constituintes do núcleo central da representação os temas localizados no 1º quadrante, superior esquerdo, que foram ao mesmo tempo os mais freqüentes (enunciados por muitas pessoas) e os mais importantes, segundo a hierarquização feita pelos sujeitos (alta evocação).

No quadrante superior direito encontramos os elementos periféricos mais importantes, que podem ser chamados, segundo Abric (2003) de “1ª periferia” ou “periferia próxima” ao núcleo central, que tiveram alta freqüência, mas foram considerados pouco importantes pelos sujeitos.

No quadrante inferior esquerdo encontramos temas enunciados por poucas pessoas (baixa frequência), mas que os consideram muito importantes (alta evocação), também considerados como “1ª periferia” ou “periferia próxima” ao núcleo central. Segundo Abric (2003), isso pode revelar a existência de um subgrupo minoritário portador de uma representação diferente, isto é, cujo núcleo central seria constituído também por elemento (ou os elementos) presente nesta casa. Já no quadrante inferior direito, estão localizados os elementos mais periféricos, com baixa frequência e menos importantes (baixa evocação), é a “segunda periferia”.

Resultados: análise e discussão

A representação social da participação do mesário entre mesários voluntários

Na Figura 2, podem ser observadas as evocações do grupo de mesários voluntários que participaram do estudo, distribuídas em quatro quadrantes, segundo a frequência e a ordem de evocação.

Figura 2: Distribuição das evocações hierarquizadas.

O.M.E		< 2,9			≥ 2,9			
Freq. Me	Termo evocado	Freq.	OME	Ori.	Termo evocado	Freq.	OME	Ori.
≥ 11	servir à sociedade	32	2,781	+	participação	23	4,130	+
	papel do cidadão	29	2,276	+	importante	19	2,947	+
	gratificante	24	2,375	+	promover democracia	19	3,316	+
	responsabilidade	24	2,500	+	conhecer pessoas	13	3,923	+
	dias de folga	19	2,474	+	aprendizado	12	3,333	+
	patriotismo	13	2,769	+	solidariedade	11	3,182	+
< 11	divertido	7	2,286	+	obrigatório	5	3,000	-/+
	privilegio	6	2,333	+	trabalho de equipe	5	4,800	+
	interessante	5	2,800	+	cansativo	4	3,000	-
	ponto em concurso	4	1,750	+	rever amigos	4	3,250	+
					chato	3	3,333	-
					trabalho agradável	3	4,667	+

Legenda: OME - ordem média de evocação; Freq. Me - frequência média do termo evocado; Freq. - frequência total do termo evocado; Ori.- Orientação do sentido associado ao termo evocado.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com o auxílio do programa Evoc (2000).

Observa-se que todas as evocações presentes do quadrante superior esquerdo, possível núcleo central da representação, expressam posicionamentos positivos em relação à participação dos mesários, o que indica que essa representação está organizada em torno de valores positivos atribuídos ao mesmo, os quais se distribuem entre elementos de tipo moral, expressos nas palavras “servir à sociedade”, “papel do cidadão”, “gratificante”, “responsabilidade” e “patriotismo”; e um elemento relacionado ao benefício pessoal/material derivado desse trabalho, expresso no elemento “dias de folga”.

Tais componentes parecem expressar os prováveis motivos da participação voluntária, em sua maioria voltados para o papel social e moral dos cidadãos, da responsabilidade social do homem enquanto parte da sociedade, da qual exige direitos, tendo, em contrapartida, o dever de contribuir para sua manutenção.

Partindo para a análise da segunda parte do questionário, verificamos que os elementos de tipo moral e social presentes no núcleo central desta representação, configurado por meio das evocações livres manifestadas na primeira questão, reapareceram, marcadamente, no conteúdo das respostas de quarenta e sete sujeitos, o que corresponde a quase 80% das respostas produzidas, confirmando e reforçando a composição do núcleo central encontrado, conforme pode ser exemplificado pelos trechos transcritos abaixo:

“É uma pequena parcela que se pode fazer para ajudar o país” (voluntário 37). “Um momento de participar da democracia com responsabilidade, vontade e amor à pátria” (voluntário 16). “Quando se vive em sociedade, se faz parte dela, devemos participar para que o Estado funcione da forma adequada” (voluntário 20). “Ser cidadão não é só cobrar pelos direitos, mas principalmente colaborar com o governo e com o país” (voluntário 23). “É gratificante, me sinto ativo, importante, participante” (voluntário 43). “Para mim é sinônimo de patriotismo, é zelar pelo meu país e tentar contribuir de alguma forma para sua melhoria. [...] Gosto de estar envolvida em trabalhos em prol da sociedade, sem esperar nada em troca” (voluntário 39).

Quanto ao elemento “dias de folga”, pudemos constatar que para sete participantes, quase 12% do total, tal vantagem seria o principal, senão o único motivo da participação voluntária, conforme exemplos transcritos a seguir: “Vou pelas folgas, que eu uso num

momento que precisar mais” (voluntário 09). “Não gosto, mas como tem as folgas eu pedi pra ser” (voluntário 10). “Só vou pelo direito de tirar as folgas, se não tivesse isso eu nem iria, é muito chato” (voluntário 45).

Compondo as periferias próximas ao núcleo central, que ocupam os 2º e 3º quadrantes, encontramos elementos que reforçam os conteúdos positivos presentes no núcleo central, expressos nos termos: “participação”, “importante”, “promover a democracia”, “conhecer pessoas”, “aprendizado” e “solidariedade” (2º quadrante); “divertido”, “privilégio”, “interessante” e “ponto em concurso” (3º quadrante). Essa confluência de significados positivos, também foi observada no conteúdo das respostas derivadas da segunda parte do questionário, como se segue:

“Significa colaborar da forma como a gente pode com a democracia do país, [...] participar do processo de escolha dos representantes” (voluntário 42). “Foi muito importante para mim ser mesário, é uma oportunidade de conhecer pessoas de vários níveis sociais, de perceber suas necessidades e de colaborar com a comunidade. O trabalho como mesário humaniza” (voluntário 29). “Eu faço porque gosto é um trabalho importante e ao mesmo tempo divertido, o dia passa rápido e conhecemos muita gente, além de rever os amigos” (voluntário 27). “É um privilégio, aprender sobre o processo eleitoral, entender como acontece e poder ajudar às pessoas” (voluntário 54). “Gosto de participar de ações sociais como voluntária, de estar trazendo benefícios para outras pessoas [...], principalmente nas eleições, quem já viveu numa ditadura tem que dar valor à democracia” (voluntário 41). “Estar exercendo meu papel como cidadão participativo, mesmo que não tenha uma recompensa material estou fazendo a minha parte pela sociedade” (voluntário 33).

Observa-se no quadrante inferior direito, periferia mais distante do núcleo central, os termos “trabalho de equipe”, “rever amigos” e “trabalho agradável”, que corroboram para a dimensão positiva da participação do mesário; enquanto os vocábulos “chato” e “cansativo” revelam uma simbolização negativa, aparentemente contraditória da parte de alguns sujeitos, que, apesar de serem voluntários, entendem tal participação como sendo chata e cansativa.

Com o intuito de melhor esclarecer tal aparente incongruência, procedemos a uma nova análise do conteúdo dos questionários, quando verificamos que quatro desses voluntários (sujeitos 09, 10, 14 e 45) demonstraram como motivo principal da participação o benefício “dias de folga”, presente na análise do núcleo central, esclarecendo que não se tratava de uma contradição em relação ao motivo que os levou ao voluntariado.

Quanto à ocorrência do termo “obrigatório” dentre as evocações dos voluntários, percebemos um duplo sentido na forma como foi alocado nas respostas discursivas, qual sejam: o de que não concordam com o fato de que as pessoas que não querem sejam obrigadas, por lei, a participar, pois isso causa prejuízos ao processo; e o de que compreendem a função do mesário como uma obrigação civil, um dever que deve ser cumprido pelos bons cidadãos, independente do fato de gostarem ou não.

Pode-se concluir, a partir da estrutura representacional descrita, a existência de uma representação essencialmente positiva da participação do mesário no grupo composto por voluntários, firmada sobre valores morais hegemônicos presentes na nossa sociedade, qualificada como geradora de vantagens de ordem social e pessoal.

A representação social da participação do mesário entre mesários convocados

Os 53 mesários convocados produziram uma representação com conteúdo semelhante ao do grupo constituído por voluntários, acrescido de duas novas evocações, ambas com orientação negativa: “perda de tempo” e “não remunerado”.

Na Figura 3, podem ser observadas as evocações do grupo de mesários convocados que fizeram parte deste estudo, distribuídas em quatro quadrantes.

Figura 3: Distribuição das evocações hierarquizadas.

O.M.E		< 2,9			≥ 2,9			
Freq. Me	Termo evocado	Freq.	OME	Ori.	Termo evocado	Freq.	OME	Ori.
≥ 10	gratificante	18	2,222	+	servir à sociedade	22	3,273	+
	responsabilidade	18	2,222	+/-	participação	21	3,571	+
	papel do cidadão	18	2,667	+	perda de tempo	11	3,091	-
	obrigatório	16	1,875	-	aprendizado	10	3,300	+

	importante	16	2,875	+				
	conhecer pessoas	13	2,846	+				
	promover democracia	11	2,455	+				
< 10	patriotismo	9	2,778	+	dias de folga	7	3,571	+
	chato	8	2,375	-	solidariedade	6	3,333	+
	privilégio	5	2,200	+	não remunerado	5	4,400	-
	cansativo	5	2,800	-	trabalho de equipe	4	3,750	+
	rever amigos	4	2,75	+				

Legenda: OME - ordem média de evocação; Freq. Me - frequência média do termo evocado; Freq. - frequência total do termo evocado; Ori. - Orientação do sentido associado ao termo evocado.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com o auxílio do programa Evoc (2000).

Observa-se que três dos elementos mais significativos do possível núcleo central (1º quadrante/superior esquerdo): “gratificante”, “responsabilidade” e “papel do cidadão”, também fizeram parte da configuração do núcleo central da representação do grupo de voluntários, sendo que aqui se combinam aos termos “obrigatório”, “importante”, “conhecer pessoas” e “promover a democracia”. Sendo assim, a maior parte das evocações presentes neste quadrante expressa posicionamentos de sentido positivo em relação à participação dos mesários, e de apenas um atributo com orientação exclusivamente negativa: “obrigatório”.

Por meio da análise das respostas lançadas à segunda questão, verificamos que a produção discursiva de 37 mesários convocados - que correspondem a quase 70% do grupo, gira em torno de concepções essencialmente positivas acerca dessa participação, ratificando a possível composição do núcleo central apreendida na primeira etapa, conforme exemplos transcritos abaixo:

“É um ótimo trabalho, traz um sentimento de dignidade e de cidadania, de ser útil para o país” (convocado 53). “Desenvolver um trabalho importante para a sociedade, exercer um ato cívico” (convocado 51). “Me senti recompensado por fazer parte das eleições, por poder contribuir de alguma forma como cidadão” (convocado 48). “Participar da escolha dos representantes de forma ativa me acrescentou um amadurecimento, um aprendizado como cidadão responsável e comprometido com os rumos da pátria” (convocado 42). “É a união da população para fazer o voto acontecer, é participar da construção de um país melhor pra se viver” (convocado 40). “É prazeroso,

me sinto orgulhoso e satisfeito, pois faço parte de um grupo privilegiado, com a responsabilidade de fiscalizar a eleição e garantir que cada eleitor exerça sua cidadania" (convocado 38). "É bom e importante, porque revemos velhos amigos e contribuimos para a democracia" (convocado 02). "Requer responsabilidade, compromisso e respeito para com o eleitor, que, como você, é um cidadão que está ali, querendo contribuir com seu voto para um futuro melhor" (convocado 22). "Ajudar o país com o seu trabalho e servir de exemplo para outros cidadãos" (convocado 46).

Quanto ao termo "responsabilidade", percebemos a configuração de um duplo sentido para sua aplicação, que se apresenta de acordo com a forma como foi alocado nas respostas discursivas, qual sejam: um sentido positivo que coloca a responsabilidade como uma qualidade que se deve ter para realizar o serviço da forma correta, devido à sua importância; e outro negativo, que atribui uma carga emocional negativa, uma tensão, gerada pela responsabilidade que a função exige do mesário. Segundo exemplos a seguir:

"Ter responsabilidade, seriedade, pois é um trabalho muito importante" (convocado 28). "Deve-se ter atenção e responsabilidade para orientar os eleitores e manter a organização da seção, tem gente que vai com má-vontade e não tem respeito pelas pessoas, tem que entender que ser mesário é participar de algo muito importante, que atingirá todo país" (convocado 08). "Uma seção depende do seu trabalho, você tem que ter discernimento e perceber que você é responsável pela votação de muitos eleitores" (convocado 23). "Carrega-se uma grande responsabilidade, não se pode errar" (convocado 11). "É muita pressão pra andar rápido, os eleitores reclamam muito na fila e o trabalho é difícil, exige muita responsabilidade" (convocado 06).

O mesmo ocorreu em relação ao do termo "obrigatório", tanto entre os convocados, como entre os voluntários - conforme apontado anteriormente. Percebemos um duplo sentido quanto ao seu emprego nas produções discursivas, quais sejam: o de que não concordam com o fato de serem obrigados a participar; e o de que compreendem a função do mesário como uma obrigação civil, um ato cívico, um dever de todos, que não precisa, necessariamente, derivar da vontade individual. Ressaltamos que neste grupo o primeiro sentido foi evidentemente preponderante em relação ao segundo, por isso julgamos conveniente qualificarmos sua orientação como negativa (-) na Figura 3.

Ao observarmos os elementos que configuram as periferias próximas ao núcleo central, que ocupam os 2º e 3º quadrantes, encontramos elementos que reforçam os conteúdos morais e positivos presentes no possível núcleo central, expressos nos termos: “servir-sociedade”, “participação”, “importante”, “aprendizado” “patriotismo”, “privilégio” e “rever amigos”; bem como observados no conteúdo das respostas apresentadas na segunda questão, conforme exemplos citados anteriormente.

Quanto à produção de sentidos negativos sobre a participação do mesário, representados pelos vocábulos “perda de tempo”, “chato” e “cansativo” - presentes, direta ou indiretamente, nas respostas de 13 participantes, nota-se que estão relacionadas à descrença que sentem em relação à classe política, influenciando a forma como enxergam o papel do mesário e questionamentos relativos ao real valor da democracia em nosso país, conforme trechos transcritos a seguir:

“Não acho que vale a pena toda essa palhaçada para no final os políticos continuarem fazendo só o que interessa a eles” (convocado 17). “Tenho que estar lá às 7h e sair só depois das 17h, [...] trabalho no meu dia de descanso pra eleger um bando de corruptos” (convocado 26). “É uma perda de tempo, por que se fosse pra melhorar o país até que valia a pena, mas fica sempre na mesma” (convocado 43). “A forma como é a política no Brasil não deixa ninguém satisfeito, [...] os conchavos, as trocas, a desonestidade é tanta nesse meio que eu nem acho que o voto seja necessário, político é tudo igual mesmo” (convocado 39).

No quadrante inferior direito, periferia mais distante do núcleo central, aparece os termos “dias de folga”, “solidariedade” e “trabalho de equipe”, que vão ao encontro da orientação positiva da representação em estudo. Quanto ao termo “não remunerado”, após análise minuciosa dos questionários nos quais figurava, constatamos que suas manifestações vieram sempre acompanhadas das evocações “perda de tempo” e “obrigatório”. Essa relação entre os três termos pôde ser confirmada em resposta oferecida à segunda questão, qual seja: “É uma exploração, você ir lá perder seu domingo e não ganhar nada com isso, se fosse pago teria um monte de gente interessada” (convocado 20).

Tal configuração nos permite levantar a hipótese de que a presença dos componentes do possível núcleo central, combinados aos periféricos mais presentes nas respostas discursivas, expressaria a seguinte representação: não obstante reconhecerem o fato de que se encontram investidos da função em decorrência de uma imposição legal (por isso a significativa posição do termo “obrigatório”), vêem a participação do mesário como algo gratificante e importante, decorrente do seu papel como cidadão participativo, como patriota, e que deve ser exercida com responsabilidade, pois é um serviço prestado em prol da sociedade e que colabora para a manutenção da democracia no país, e como algo que traz aprendizado e satisfação (sentimento incluído a partir da presença dos elementos “conhecer pessoas”, “privilégio” e “rever amigos”). Entretanto, tal representação comportaria um sub-grupo que reconhece a participação como fundamentalmente negativa, geradora de prejuízos à sua pessoa, mas que não, necessariamente, relega sua importância para a sociedade.

Considerações finais

Buscou-se, por meio da identificação da representação social da participação do mesário, construída por mesários voluntários e convocados, uma aproximação das concepções, da “visão de mundo” desses indivíduos, que indicasse ou justificasse os comportamentos considerados inadequados pelos eleitores e pela Justiça Eleitoral, a fim de contribuir com o aprimoramento das práticas de gestão envolvidas nesse processo. A análise das representações elaboradas pelos dois grupos demonstrou um predomínio de significados positivos, relacionados, especialmente, aos benefícios sociais que são decorrentes dessa participação, embasados por valores morais e sentimentos que misturaram satisfação pessoal, dever cívico e solidariedade.

Os elementos negativos, apesar de também presentes nas representações, foram menos consensuais, aparecendo na representação dos voluntários apenas na periferia distante e em quantidade pouco expressiva. Já na representação dos mesários convocados, esses elementos aparecem com maior aceção. No entanto, não são unânimes e não parecem influenciar de forma significativa a relevância que imputam à função, conforme demonstram as respostas transcritas a seguir:

“Quando fui abordado para ser mesário não queria, mas quando se passa a ser, percebe que está ali por algo bem maior que uma obrigação” (convocado 45). “É um privilégio, [...] fui por que era obrigatório, mas aprendi que é muito importante, é um ato até de solidariedade, pois podemos ajudar muitas pessoas carentes e idosas, que precisam de instrução para votar [...] por meio desse trabalho a gente aprende o valor da participação dos cidadãos na sociedade. Infelizmente, não há a valorização devida” (convocado 19).

Destacamos que, a partir da análise do emprego do vocábulo “obrigatório”, apesar da dualidade com que foi empregado em grande parte das respostas provenientes dos dois grupos, não resta dúvida de que a imposição legal não é bem vista, principalmente por estar relacionada a um processo de cunho democrático como as eleições, confirmando a postura que vem sendo adotada, há alguns anos, pelo Cartório Eleitoral pesquisado e, mais recentemente, incentivada pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais, com a implantação do “projeto mesários voluntários”, o qual deve ser mantido e, se possível, ampliado.

Quanto às indagações apresentadas inicialmente, se os mesários voluntários imputariam maior importância à democracia e ao processo eleitoral do que os mesários convocados; e, de que os mesários convocados, por estarem prestando o serviço em decorrência de uma imposição legal, atribuiriam sentido negativo a essa participação, sendo esta a principal razão dos erros e comportamentos inadequados que vêm ocorrendo nas seções de votação; esta pesquisa não revelou uma representação social específica da participação do mesário que conferisse a um grupo ou a outro, ou ainda, que justificasse as afirmações/relações propostas, visto que ambas as representações foram caracterizadas pela atribuição de sentidos positivos, que evidenciaram o valor dado pelos dois grupos à função que ocupam e ao processo eleitoral.

Nesse sentido, as representações sociais construídas não caracterizaram percepções comuns que explicassem os comportamentos inadequados. Todavia, conforme apontado por Abric (2003), não se pode excluir a possibilidade da existência de subgrupos minoritários, portadores de representações diferentes; os quais, neste estudo, poderiam estar constituídos pelos mesários voluntários que associaram sua participação somente

aos benefícios particulares que podem obter; ou, ainda, pelos convocados que julgavam sua participação como perda de tempo, por considerarem que nada pode ser feito para desvincular a corrupção da política em nosso país. Destacamos que tal implicação é semelhante à observada por Jovchelovitch (2000), quando verificou que a corrupção é o principal aspecto atribuído à política brasileira, e que a crença, baseada em eventos marcantes de nossa história, de que a política foge ao controle dos cidadãos resulta “[...] em uma vida política privada do povo e um povo privado de representantes na vida política” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 129).

Diante disso, notamos a necessidade de uma maior reflexão acerca dos sentidos subjetivos que esses dois possíveis subgrupos estão produzindo sobre a função e participação do mesário, sugerindo a realização de pesquisas complementares, mais específicas. Do ponto de vista metodológico, salientamos que os elementos classificados, com o auxílio do programa de computador EVOC 2000, como centrais na representação da participação dos mesários, tanto no grupo de voluntários quanto no grupo de convocados, foram ratificados por meio da análise das respostas provenientes da segunda parte dos questionários.

Por fim, acreditamos que, a partir do conhecimento construído durante o desenvolvimento do presente estudo, podemos vislumbrar alguns caminhos que poderão ser seguidos na busca por uma maior adequação entre os valores e ideais dos mesários e às necessidades dos eleitores e da Justiça Eleitoral, que, com certeza, perpassam o desejo de contribuir em benefício da sociedade e para o fortalecimento da democracia, bem como o direito à liberdade de escolha dos cidadãos, que precisa ser respeitado tanto nas urnas, quanto na seleção dos que irão atuar como mesários.

[...] É certo que existem, de um lado, regras políticas e, de outro, comportamentos políticos. A democracia, como qualquer sistema político ou social, é composta por essas duas dimensões, e se os comportamentos não correspondem às normas podemos sempre acionar o sistema repressivo ou construir belos modelos destinados a explicar por que isso não acontece. Modelos que, no caso brasileiro, tendem a apelar para o caráter recente de sua democracia, para a falta de educação política do povo, para a incoerência das elites, para lacunas da legislação eleitoral, para o descalabro da mídia, etc. Explicações que não são falsas, mas que deixam de lado uma terceira

dimensão tão constitutiva da política quanto da ética: a dimensão da subjetividade. Sem se confundir com um sujeito originário, essa dimensão consiste em um certo tipo de relação com os outros e consigo que articula necessariamente, e de formas distintas, regras e comportamentos [...] (GOLDMAN, 2000, p. 05).

“[...] No que concerne à independência da administração do processo eleitoral, o Brasil atingiu um estágio bastante maduro, baseado em um modelo institucional consolidado e em técnicas modernas que garantem eficiência e lisura” (SADEK, 1995, p. 152). Deste modo, percebe-se que, após um período em que os destaques foram o aperfeiçoamento jurídico e a evolução tecnológica, é hora de se considerar e valorizar a dimensão subjetiva dos indivíduos que participam dos processos de trabalho da Justiça Eleitoral, para o que esperamos ter sido capazes de colaborar ao apontar os resultados desta pesquisa, demonstrando, também, o amplo potencial de aporte da Teoria das Representações Sociais no estudo e na aproximação de objetos relacionados à gestão de pessoas.

Referências

ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, p. 27-38, 1998.

_____. A pesquisa do núcleo central e da zona muda das representações sociais. In: Abric, J-C. (Org.). *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint Agne: Érès, p. 59-80, 2003. Traduzido por Maria de Fátima de Souza Santos.

BAQUERO, M. *Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)*. Opinião Pública, v.13, n. 2, 2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Código eleitoral anotado e legislação complementar*. Brasília: TSE/SGI, 2006.

BRITO, A. P. M. P.; BASTOS, A. V. B. Schemas cognitivos e gestão: um estudo sobre comprometimento no trabalho entre gestores de uma empresa petroquímica. In: XXVI ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. *Anais...* Recife: ANPAD, 2002.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ELKINS, Z. *Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil*. Opinião Pública, Campinas, v. VI, n. 01, p. 109-136, 2000.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCH, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 31-62, 1995.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.

FRANCO, M. L. P. B. *Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

GOLDMAN, M. *Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil*. Etnográfica, v. IV (2), p. 311-332, 2000.

GONZÁLEZ REY, F. L. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S (Org.). *Psicologia social*. Paris: Press Universitaires de France, p. 31-61, 1984.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANE, S. T. M. Linguagem pensamento e representações sociais. In: _____; GODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, p. 33-39, 1984.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCH, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 89-111, 1995.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEREIRA, M. C.; CARRIERI, A. de P.; BRITO, J. de B. Práticas de gestão e relações de poder no espaço organizacional: representação social de trabalhadores em uma multinacional. In: I ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO. 2007, Natal. *Anais...* Natal: ANPAD, 2007.

SÁ, C. P. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SPECK, B. W. *A compra de votos: uma aproximação empírica*. Opinião Pública, Campinas, v.IX, n. 01, p. 148-169, 2003.

SADEK, M. T. A. *A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1995

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCH, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 117-145, 1995.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____; FERREIRA, V. C. P. A representação social de ONGs de formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. In: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD. 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004.

